

Governo pode fazer do Congresso a Constituinte

29 MAI 1981

Da sucursal de
BRASÍLIA

O governo está realmente estudando a possibilidade de prorrogar os atuais mandatos parlamentares, através da transformação do Congresso e das Assembleias Estaduais em Assembleias Constituintes, para assegurar sua maioria no colégio eleitoral que elegerá o próximo presidente da República, em 1984 e, assim, evitar uma eventual vitória das oposições. Caso a providência seja adotada, no próximo ano serão realizadas apenas eleições para governador, prefeitos e câmaras municipais.

O estudo foi revelado ontem em Brasília por um parlamentar com trânsito no Gabinete Civil da Presidência da República, com a observação de que estudo nesse sentido foi encaminhado há dias pelo deputado Raimundo Diniz (PDS-SE) ao Palácio do Planalto, que o teria recebido "com muito interesse".

A prorrogação dos mandatos parlamentares, através da transformação do Congresso e Assembleias em Constituintes, a partir de 82 e sem prazo determinado para concluir sua tarefa, ainda conforme a mesma fonte, seria uma das fórmulas em estudo para evitar a ameaça de haver maioria da oposição no colégio eleitoral. Isso poderia causar problemas em importantes áreas do regime mais resistentes à idéia da alternância do poder, segundo o parlamentar.

Ele lembrou que o problema "está causando preocupação e sendo estudado também por um grupo de parlamentares", que vêm na diminuição dos poderes do próximo presidente da República, através de uma solução parlamentarista de governo, "uma das soluções para maior estabilidade do regime".

A idéia de se convocar uma Constituinte em 82 já vem sendo defendida, embora com outras palavras, por vários membros do governo, inclusive o ministro da Justiça, que vem considerando necessária uma reforma constitucional e defendendo sua realização a partir de 83. Essa reforma constitucional faria parte do projeto político do governo Figueiredo.

Dentro do propósito de evitar maioria oposicionista no colégio eleitoral que escolherá o próximo presidente da República, a tese da Constituinte seria uma saída honrosa, uma espécie de justificativa à prorrogação dos mandatos parlamentares. Foi nessa linha que se pronunciou o vice-líder do PDS, Siqueira Campos, ligado ao governador paulista, na semana passada, defendendo a "Constituinte com João". E, no mesmo sentido, se pronunciou o deputado malufista Bezerra de Mello, alertando que, se a emenda prorrogacionista de sua autoria não foi acolhida pelo Congresso, a vantagem pedessista no colégio eleitoral presidencial será assegurada "por outra via".

ESTADO DE SÃO PAULO